

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
PROTÓCOLO Nº	626490/06
DIVISÃO	Pao 04-12-06
MAT.	— VISTO: Kellen

03

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Processo nº.: 005/1986/007/2005

Assunto: Auto de Infração nº 2342/2005, lavrado contra *Indústria de Rações Patense Ltda.*

PARECER JURÍDICO

1 – A empresa em epígrafe foi autuada como incurso no item 2, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/02, por "*descumprir os seguintes itens das condicionantes de Revalidação da Licença de Operação: 4 – apresentar declaração do Corpo de Bombeiros, relativa a adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios;*

5 – apresentar projeto do sistema de controle de emissão atmosférica, no caso das emissões estarem acima dos limites permitidos pela DN COPAM nº 11/86;

6 – apresentar projeto de adequação da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, caso os resultados de monitoramento, continuem a demonstrar o não atendimento aos padrões de lançamento especificados na DN COPAM 10/86."

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, **não tendo o empreendimento apresentado qualquer espécie de defesa**, apesar de regularmente notificado da autuação supra, de acordo com o AR de fls. 05.

3 - A Deliberação Normativa nº 30, de 29 de setembro de 1998, estabelece em seu artigo 36, Parágrafo Único, que:

"O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomando conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão".

4 - Logo, operou-se a preclusão administrativa da impugnabilidade do ato – na fase de Defesa, face à ausência de *litis contestatio*.


Ressaltamos que a autuada, nos termos da DN COPAM 74/04 é de **porte grande e classe 5** (fls. 06, verso).

II) CONCLUSÃO

Diante do exposto, remetemos os autos à **CID/COPAM**, recomendando a aplicação de **01 (uma) penalidade de multa, no valor de R\$ 53.206,06**, nos do artigo 1º, inciso III, alínea "c" (infração gravíssima, empreendimento de grande porte), c/c com o artigo 2º, § 1º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 27/98, alterada pela Deliberação Normativa COPAM nº 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2006.


Denise Bernardes Couto
Consultora Jurídica
OAB/MG nº 87.973

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE LTDA.			
Empreendimento: Unidade Industrial			
Atividade: Processamento de subprodutos de origem animal para produção de sebo, óleos e farinha.			
DN	Código	Classe	Porte
74/2004	D-01-05-8	5	G
CNPJ: 23.357.072/0001-96			
Endereço: Estrada Patos-Alagoas, Km 4, Zona Rural			
Município: Patos de Minas			
Referência: DEFESA DA AUTUAÇÃO AI Nº 2342/2005		Infração: Gravíssima	

A INDÚSTRIA DE RAÇÕES PATENSE LTDA., é um empreendimento do ramo alimentício que realiza o processamento de subprodutos de origem animal para a produção de sebo, óleos e farinha, tendo iniciado sua operação em Patos de Minas em março/1990. Conforme Auto de Fiscalização Nº 18815/2008, a capacidade instalada é de 200 t/dia, com uma média de processamento de 160 t/dia, contando com 78 empregados trabalhando em três turnos de 8h/dia, 6 d/semana.

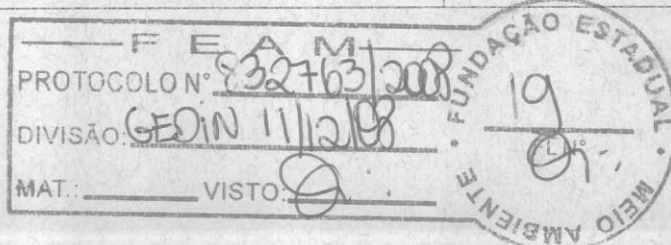
A empresa obteve sua primeira Licença de Operação em 16-4-1999, com condicionantes e validade de quatro anos. A revalidação da Licença de Operação foi concedida em 16-12-2003, com condicionantes e validade de quatro anos. Atualmente encontra-se em análise pela FEAM o processo da segunda revalidação da Licença de Operação.

Em 30-1-1987 a empresa foi autuada, conforme AI Nº 008/1987, por "contribuir para que um corpo d'água fique em categoria de qualidade inferior à prevista em classificação oficial", estando o processo arquivado, com respectiva multa paga.

Em 23-9-1988 a empresa recebeu nova autuação, conforme AI Nº 113/1988, por "instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental", por "instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ... se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental", por "sonegar dados ou informações solicitadas pelo COPAM, por Câmaras Especializadas ou pelos órgãos seccionais de apoio" e por "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido pelas Deliberações Normativas". Atualmente o processo encontra-se arquivado, com respectiva multa paga.

Em 7-4-2005 foi lavrado o Auto de Infração Nº 2342/2005 contra a RAÇÕES PATENSE, objeto

Autora:	Assinatura: <i>Gl. Souza</i>
Cibele Mally de Souza – MASP Nº 1.200.660-7	Data: 13 / 11 / 08
Consultora Ambiental	
De Acordo:	Assinatura: <i>Anatun</i>
Liliana Adriana Nappi Mateus – MASP Nº 1.156-189-1	Data: 11 / 12 / 08
Gerente de Desenvolvimento e Apoio Técnico às Atividades Industriais - GEDIN	
Visto:	Assinatura: <i>Hmar</i>
Paulo Eduardo Fernandes de Almeida	Data: 19 / 12 / 08
Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento – DPED	



deste parecer, por descumprir os seguintes itens das condicionantes da revalidação Licença de Operação: Item 4 – apresentar declaração do Corpo de Bombeiros, relativa a adequação do sistema de prevenção e combate a incêndios; Item 5 – apresentar projeto do sistema de controle de emissão atmosférica, no caso das emissões estarem acima dos limites permitidos pela DN COPAM N° 11/86; Item 6 – apresentar projeto de adequação da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, caso os resultados de monitoramento continuem a demonstrar o não atendimento aos padrões de lançamento especificados na DN COPAM N° 10/86. O respectivo processo encontra-se em análise técnica por este parecer. Tal infração é tipificada como gravíssima, conforme item 2, § 3º, artigo 19º do Decreto 39.424, de 5-2-1998. A empresa foi notificada, por meio do OF. DIALE N° 393/2005, recebido em 5-5-2005, conforme AR apenso ao processo, contudo não houve apresentação de defesa por parte da empresa.

Em decorrência da autuação, a empresa foi penalizada com a multa no valor de R\$ 53.206,06.

Tendo em vista que o empreendimento, embora tomando conhecimento da autuação não tenha apresentado defesa, o processo administrativo decorrente do Auto de Infração foi encaminhado a julgamento pela CID/COPAM, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico. Na ocasião, a CID/COPAM decidiu pela retirada de pauta do processo, tendo a empresa informado sobre a apresentação da sua defesa em 24-5-2005, sob o n° F019073/2005. Dessa forma, a CID/COPAM solicitou a localização da defesa e elaboração dos respectivos pareceres.

Em seu documento de defesa, protocolado em 24-5-2005, a empresa alegou que:

- Com relação à condicionante n° 4, foi encaminhado, em anexo a esse documento, o certificado emitido pelo Corpo de Bombeiros informando que o projeto de prevenção e combate a incêndios foi analisado e aprovado, estando em conformidade com as prescrições normativas e legislação em vigor. A empresa informou que estaria implantando o sistema até o final de 2005, contudo o mesmo não foi realizado, estando a empresa atualmente aguardando análise do Corpo de Bombeiros de um novo projeto.
- Com relação à condicionante n° 5, foi realizada a amostragem em chaminé das caldeiras à lenha, cujos resultados apresentaram-se fora dos padrões estabelecidos pela legislação, tendo a empresa providenciado a troca da chaminé antiga e do coletor de fuligem e a troca do exaustor por um de maior potência, com menor geração de particulados. Dessa forma, a empresa solicitou o prazo de 90 dias para apresentação de novo laudo de emissões, tendo esse sido apresentado somente em 24-1-2008, protocolado sob o n° R009308/2008.
- Referente à condicionante n° 6, solicitou-se o prazo de 30 dias para a apresentação do projeto de adequação da ETE, tendo o mesmo sido apresentado em 12-8-2005, sob o protocolo n° F045694/2005 e autorizado pela FEAM conforme OF. DIALE N° 291/2006. Valê ressaltar que a ETE ainda não encontra-se totalmente instalada conforme projeto apresentado.

Durante a vistoria realizada em 24-9-2008, Auto de Fiscalização N° 18815/2008, referente ao PA COPAM N° 005/1986/008/2007, foi constatado que as caldeiras à lenha, com capacidade instalada de 6 t/h, apresentavam sistema multiciclone. Quanto à ETE, a mesma encontrava-se em reforma, estando prevista a instalação de um flotador com insuflador de ar, além da implantação de um *tridecanter*, para a separação do lodo, gordura e efluente tratado.

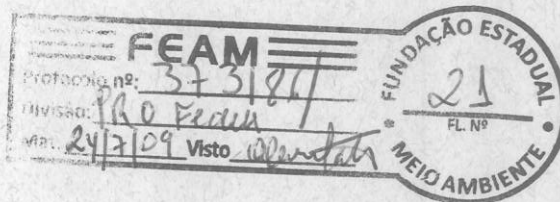
Diante do exposto, tendo em vista as alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não há argumento que descaracterize a infração cometida, tendo em vista o não atendimento das condicionantes em tempo hábil, estabelecido quando da revalidação da Licença de Operação. Dessa forma, ouvida a Procuradoria da FEAM, este parecer sugere o indeferimento da defesa da autuação e a manutenção da multa aplicada, em decorrência do Auto de Infração N° 2342/2005.

Rubrica do Autora

A. Souza

Parecer Técnico GEDIN N° 266/2008
Processo COPAM N° 005/1986/007/2005



feamFUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

Autuado: INDUSTRIA DE RAÇÕES PATENSE LTDA	
Processo nº 00005/1986/007/2005	
Referência: Auto de Infração 2342/2005	Defesa
Tipo de infração: GRAVÍSSIMA	Porte: GRANDE

I – RELATÓRIO

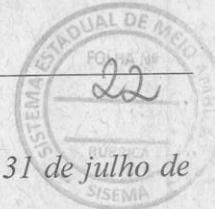
Indústria de Rações Patense Ltda. foi autuada pela infração ao parágrafo 3º, item 2, do art. 19, do Decreto 39.424/98 parcialmente modificado pelo Decreto 43.127/02.

O processo encontra-se regularmente formalizado, com apresentação tempestiva de Defesa. Entretanto, o despacho de fl. 06, equivocadamente, entendeu que não havia sido apresentada defesa.

Em seguida, o parecer jurídico de fls. 07, recomendou a aplicação de uma penalidade de multa, no valor de R\$ 53.206,06 (infração gravíssima, empreendimento grande porte).

A Defesa da autuada apresenta, em síntese, as seguintes alegações:

- ✓ **Condicionante 4** – para atender esta condicionante, estamos enviando em anexo o CERTIFICADO No. 037/2004 de 17/06/2004, emitido pelo CORPO DE BOMBEIROS (...), informando que Projeto de prevenção de combate a incêndio, foi analisado e aprovado por estar em conformidade com as prescrições normativas e legislação em vigor.
- ✓ Até o final deste ano (2005), estará implantado completamente este sistema.
- ✓ **Condicionante 5** – Providenciamos junto à empresa GMA – Gasques Monitoramente Ambiental Ltda. a realização da amostragem em chaminé.
- ✓ Tendo em vista, o resultado da análise, ter ficado ligeiramente fora dos padrões estabelecidos, já providenciamos a melhoria do sistema de combustão da caldeira, que são:
 - troca da chaminé antiga e do coletor de fuligem
 - troca do exaustor por um de maior potência, que dará melhor queima da lenha, originando assim menor volume de particulados.
- ✓ Solicita prazo de 90 dias para apresentação de novo laudo de análise dos gases.
- ✓ **Condicionante 6** – O projeto executivo de adequação está em fase final de elaboração pela empresa contratada e, desta forma solicitamos um prazo máximo de 30 dias, para sua apresentação.
- ✓ O óleo resultante de trocas está sendo comercializado com a empresa PROLUBE (...) licenciada pela CETESB.
- ✓ Projeto de adequação da área de recepção de matéria prima para evitar emanção de odores e do sistema de drenagem (com cronograma de implantação), anexo



enviando cópia do projeto (...), cuja execução estará completada em 31 de julho de 2004 (sic).

- ✓ **Manter acesso limpo ao local da coleta de amostra no corpo receptor em um prazo de 30 dias** – o local já está limpo, conforme pode ser atestado pelas fotos em anexo.

O relatório técnico de fls. 19/20 relata que:

“ a empresa foi vistoriada em 24/09/2005, Auto de Fiscalização nº. 18815/2008, referente ao PA COPAM no. 005/1986/008/2007, ocasião em que foi constatado que as caldeiras à lenha, com capacidade instalada de 6 t/h, apresentavam sistema multiciclone. Quanto à ETE, a mesma encontrava-se em reforma, estando prevista a instalação de um flotor com insuflador de ar, além da implantação de um tridécânter, para a separação do lodo, gordura e efluente tratado”.

Conclui sugerindo pelo indeferimento da defesa e a manutenção da multa aplicada.

II – ANÁLISE JURÍDICA

No entendimento desta procuradoria, os argumentos apresentados pelo autuado em sua Defesa, não apresentam alegações ou fatos novos que possam descaracterizar a pena aplicada.

Conforme seus próprios argumentos, a autuada não cumpriu as condicionantes que lhe foram estipuladas por ocasião da revalidação de sua LO.

A empresa possui registrada os seguintes autos de infração:

- ✓ 005/1986/001/1986 – Processo arquivado. AI cancelado.
- ✓ 005/1986/002/1986 - Processo arquivado, multa paga.
- ✓ 005/1986/003/1986 – Processo arquivado, multa paga.

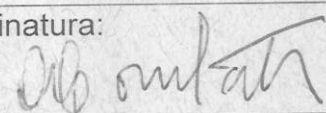
Consultado o sistema de informações do SIAM, em 13/07/2009, constatou-se que a autuada obteve revalidação da Licença de Operação em 11/09/2007.

III - CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, sugerindo aplicar uma pena de R\$ 50.001,00, nos termos dos artigos 83 e 96 do Decreto n.º 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2009.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata - Consultora Jurídica OAB/SP 191.342	Assinatura: 
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 